

# As grandes potências em África (1960-2010)

**A**pós a 2.ª Guerra Mundial, tanto a Grã-Bretanha como a França, apesar de fragilizadas, tentaram manter os seus impérios coloniais. A partir do momento em que se aperceberam que tal não era possível, procuraram promover processos de descolonização que lhes permitissem controlar as novas elites africanas, esforço no qual a França foi mais bem sucedida. Paralelamente ao enfraquecimento franco-britânico, o mundo passou a ser dominado pelo conflito bipolar. Neste contexto, tanto a União Soviética como os Estados Unidos da América começaram a alargar as suas áreas de intervenção.

O aumento da influência das superpotências em África foi favorecido pelas suas posições anticoloniais. A posição dos EUA derivava do facto de terem sido uma colónia, o que levou a que se enraizasse na história norte-americana a ideia de anticolonialismo. A posição da União Soviética assentava em dois argumentos: o ideológico, que defendia a libertação de um povo sob domínio externo, e o utilitário, o qual defendia a causa anticolonial como forma de afectar o desenvolvimento e riqueza das grandes potências europeias. Durante a Guerra fria, o relacionamento entre os países africanos e as superpotências foi influenciado, acima de tudo, pelos objectivos destas e apenas marginalmente de acordo com os interesses dos africanos. Porém, se, aparentemente, esta realidade podia ter alguns aspectos positivos para os países africanos, uma vez que podiam jogar com esta rivalidade para obter maiores benefícios, esta liberdade de movimentos era, simultaneamente, sinónimo da pouca importância que o continente tinha para as superpotências. As excepções foram Angola para o lado soviético e a África do Sul para os EUA.

A partir de finais dos anos 60, as superpotências passaram a ter a concorrência da República Popular da China, apostada também em criar a sua área de influência em África. O início oficial do relacionamento entre a China e África deu-se, em 1956, com o estabelecimento de relações diplomáticas com o Egipto. Nas décadas seguintes, a China foi dos grandes apoiantes dos movimentos de libertação nacional em África. Foi uma fase

marcada pelo idealismo ideológico, em que os interesses económicos estavam ausentes ou tinham uma posição claramente marginal. Apesar da menor capacidade de apoio, a China tinha a vantagem de se apresentar aos olhos dos africanos como um país do Terceiro Mundo, o qual também tinha estado subjugado ao poder ocidental. O interesse chinês em África esmoreceu em finais dos anos 70, embora a solidariedade criada durante a luta anticolonial tenha deixado boas recordações nas mentes africanas. Com a reforma da economia chinesa, iniciada em 1976, o envolvimento ideológico das décadas anteriores diminuiu, com Pequim a concentrar-se, até aos anos 90, na sua situação interna.

## As novas influências em África

Se, durante a Guerra fria, a luta ideológica foi o grande motivo por detrás da intervenção externa em África, após este conflito, o continente despertou uma atenção crescente devido às suas potencialidades económicas. Porém, nesta nova fase, o equilíbrio de poderes mundial tinha-se alterado. A implosão da URSS fez com que a sua herdeira natural, a Rússia, se tivesse que virar para dentro. Os EUA também se concentraram, temporariamente, em outras áreas do globo. As antigas potências coloniais viram a sua influência diminuir consideravelmente. A França, apesar de apoiar as elites africanas, gozava de pouca popularidade em África, como ficou demonstrado na Costa de Marfim após a morte de Félix Houphouët-Boigny e, mais recentemente, no Gabão após a morte de Omar Bongo. A Grã-Bretanha enfrentou problemas crescentes ao querer marcar a sua posição, como foi o caso da estratégia adoptada no relacionamento com o regime de Robert Mugabe no Zimbábue.

Na redefinição das influências em África a que se assistiu no início do século XXI, em que a componente económica passou a ser determinante, destacou-se, desde logo, a presença crescente da China.

Ao analisar-se a evolução das relações entre a China e África, basta ter em atenção o aumento das trocas comerciais desde os anos 90, para ser bem visível o enorme crescimento das mesmas. O comércio entre a China e África, com a vertente energética a

dominar, atingiu um valor recorde em 2008, totalizando 106.8 mil milhões de USD, o que representa um aumento de 45,1% em comparação com 2007.

A continuação do crescimento económico chinês está muito dependente do acesso a mais fontes de energia. Em 2008, a China já consumia 8,5% da produção mundial diária de 85 milhões de barris de petróleo e, em 2025, igualará a procura energética do EUA. A busca de fontes de energia por parte de Pequim não se resume ao petróleo, sendo que a energia nuclear é já uma opção em exploração. A China vai acrescentar, até 2020, mais trinta e dois reactores nucleares, os quais se juntarão aos onze que já se encontram em laboração. Também em 2020, a China passará a ser o maior produtor mundial de energia eólica. Na busca de mercados alternativos de energia, o continente africano é terreno fértil para as ambições chinesas. Entre os

dez primeiros abastecedores de petróleo à China, constam quatro países africanos: Angola, Sudão, República do Congo e Guiné Equatorial. As boas relações entre a China e Angola reflectiram-se num aumento das trocas comerciais, as quais ascenderam a 25,3 mil milhões de dólares em 2008, sendo que as exportações angolanas são basicamente petróleo, o que faz de Luanda o maior parceiro comercial de Pequim em África. Para além da crescente procura de novas fontes de energia, a China tem a necessidade de escoar a sua enorme produção de bens básicos de baixo valor com vista a manter os seus níveis de crescimento, muito baseados na capacidade de exportação do país. A junção destes dois factores, busca energética e necessidade de exportar, transformou África num mercado prioritário para Pequim. O governo chinês decidiu fazer de 2006 o “Ano de África na China”, aproveitando

## PLANO DE ACÇÃO DO FÓRUM DE COOPERAÇÃO CHINA-ÁFRICA (2007-2009)

1. Cooperação política: Criação de mecanismos de consultas regulares ao nível ministerial entre as partes. Para além das relações entre países, pretende-se estimular as relações entre a China e a União Africana e entre o Fórum de Cooperação e a *New Partnership for Africa's Development* (NEPAD).
2. Cooperação económica e comercial: Nesta área, considerada essencial no relacionamento bilateral, as acções a desenvolver pretendem, acima de tudo, aumentar consideravelmente o apoio chinês ao continente africano:
  - Criação de um fundo de desenvolvimento China-África no valor de 5 mil milhões de USD com vista a promover investimentos de companhias chinesas em África;
  - Criação de zonas de cooperação económica e comercial;
  - Continuação e reforço do apoio na área agrícola;
  - Alcançar, até 2010, o valor de 100 mil milhões de USD em trocas comerciais;
  - Aumentar o número de produtos africanos com acesso livre ao mercado chinês com vista a promover as exportações africanas;
  - Continuar a apostar na construção de infraestruturas, nomeadamente transportes, telecomunicações, fornecimento de água e energia, como área essencial da cooperação bilateral;
  - Apoio à exploração de recursos energéticos africanos.
3. Cooperação na área internacional: Harmonização das posições de ambas as partes sobre as grandes questões internacionais, nomeadamente a prossecução dos ODM; reforma da ONU e combate ao terrorismo.
4. Cooperação e desenvolvimento social: Nestas áreas, as medidas apresentadas no âmbito da Cimeira de Pequim pretendem alcançar toda uma série de objectivos ambiciosos:
  - Redução da dívida externa dos países africanos à China, nomeadamente os países africanos altamente endividados;
  - Disponibilização, nos próximos três anos, de 3 mil milhões de USD em empréstimos preferenciais e 2 mil milhões USD em créditos para a aquisição de produtos para África;
  - A nível da educação – construção de 100 escolas rurais em paralelo com acções de formação para docentes. Também na área da educação pretende-se aumentar o número de bolsas de estudo, passando das 2.000, em 2006, para as 4.000 em 2009;
  - Na área da saúde – construção de trinta hospitais e continuação das acções de formação em doenças tropicais, assim como o envio de equipas médicas;
  - Na área do turismo – alargamento do estatuto de destino de turismo aprovado a mais nove países africanos: Argélia, Cabo Verde, Camarões, Gabão, Ruanda, Mali, Moçambique, Benim e Nigéria, perfazendo vinte e seis países africanos os que já usufruem deste estatuto.

o 50.º aniversário do estabelecimento das relações sino-africanas. Nesse ano realizou-se o III Fórum de Cooperação China-África, cujo sucesso foi o resultado de uma ofensiva diplomática iniciada ainda durante a década de 90 pelo presidente Jiang Zemin. As vantagens para África são evidentes, o apoio financeiro e económico é feito sem condicionalismos políticos, a única situação política que parece interessar a Pequim, por agora, no seu relacionamento com os países africanos, é retirar a Taiwan os poucos apoios de que este ainda usufrui em África. Um outro país com presença crescente em África é a Índia, a qual, devido ao seu crescimento económico, com uma taxa anual de 9%, necessita de garantir novos recursos energéticos.

Nova Deli já teve relações próximas com o continente africano, embora tivesse sido num contexto completamente diferente. Durante as décadas de 60 e 70 do século passado, a Índia foi um dos líderes do Movimento dos Não Alinhados, e um dos principais apoiantes dos movimentos de libertação africanos. Nesse contexto, o relacionamento económico era marginal. A componente económica começou a ganhar importância à medida que a Índia se foi afirmando como potência regional, e um dos países com maior crescimento mundial. As relações comerciais da Índia com o continente africano passaram de 5,2 mil milhões de USD, em 2002-2003, para 26 mil milhões de USD em 2007-2008. Com vista a aprofundar, ainda mais, o relacionamento com África, o primeiro-ministro Indiano, Manmohan Singh, promoveu a realização, em Abril de 2009, de uma Cimeira Índia-África. Esta Cimeira teve como objectivo principal a procura de novas modalidades de relacionamento com vista a reforçar a cooperação entre os dois parceiros, nomeadamente na área económica, tecnológica, desenvolvimento social, energia e infra-estruturas. À semelhança da China e da Índia, também o Japão tem demonstrado um interesse crescente pelo continente africano. As relações comerciais entre as duas partes têm aumentado consideravelmente nos últimos anos, alcançando um volume total de 34,1 mil milhões de USD em 2008. Face ao aumento

#### PROGRAMA DE COOPERAÇÃO CIMEIRA ÍNDIA-ÁFRICA

1. Cooperação económica;
2. Cooperação política;
3. Ciência, tecnologia, investigação e desenvolvimento;
4. Cooperação na área do desenvolvimento social;
5. Turismo;
6. Infraestruturas, energia e ambiente;
7. Meios de comunicação.

Na sequência da aprovação deste programa de cooperação, foram adoptadas decisões muito concretas de apoio aos países africanos:

- A Índia decidiu, unilateralmente, conceder às exportações de trinta e quatro países africanos o acesso preferencial ao seu mercado. Esta isenção tarifária vai beneficiar as exportações africanas de algodão, cacau, alumínio, cobre, castanha de caju, cana-de-açúcar, vestuário, peixe e diamantes industriais;
- Aumento considerável das linhas de crédito a conceder a países africanos. Entre 2003-2004 e 2007-2008, foram concedidas linhas de crédito no valor de 2,1 mil milhões de USD. É intenção das autoridades de Nova Deli conceder, nos próximos cinco anos, empréstimos no valor de 5,5 mil milhões de USD. Estes empréstimos serão concedidos a nível bilateral e ao nível das comunidades económicas regionais;
- Será consagrada uma ajuda de 500 milhões de USD para projectos de desenvolvimento, nomeadamente ao nível nas infraestruturas de caminhos-de-ferro, tecnologias de comunicação;
- Continuar a aposta na formação de quadros ao nível da educação, tecnologias de informação, energias renováveis e agricultura;
- Aumento do número de bolsas de estudo a conceder a alunos africanos.

mundial do preço dos bens alimentares, para o Japão, o incremento da produção agrícola em África é essencial, não só para o continente africano, como também para o mundo em geral. Para contrariar alguma marginalização de que África foi alvo após o conflito bipolar, o Japão criou, em 1993, a TICAD (Conferência Internacional de Tóquio para o Desenvolvimento de África), cujo principal objectivo foi o de tentar chamar a atenção para a importância e a urgência do desenvolvimento africano. Para além do Japão, a organização desta Conferência foi apoiada pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e pelo Banco Mundial.

Outro actor externo que se está a destacar em África é a Rússia. Depois dos tempos da URSS e do apoio por motivos ideológicos derivado da Guerra fria, Moscovo está agora interessada em explorar as relações comerciais. É neste contexto que deve ser entendida a visita do presidente Dmitri Medvedev a África, em Junho de 2009, tentando recuperar algum tempo perdido em relação à Europa, EUA e China.

Nesta nova era, Moscovo pretende aproveitar as suas mais-valias, nas áreas energéticas, mineral e militar, para criar ligações privilegiadas com os países africanos. Moscovo deseja igualmente utilizar a sua capacidade de influência política e diplomática para apoiar as suas empresas que estão presentes ou que exportam para o continente africano, como é o caso das companhias Alrosa (exploração de diamantes), Rosoboronexport (armamento), Gazprom (exploração de gás), Lukoil (exploração de petróleo), Rusal (produção de alumínio), Gammakhim (indústria química), Technopromexport (produção de energia). Outro sinal do envolvimento russo é a crescente participação nas missões de paz em África. Nesse sentido, a Rússia está presente nas missões de *peacekeeping* da ONU na República Democrática do Congo, Sara Ocidental, Serra Leoa, Sudão, Libéria, Costa do Marfim e na missão no Chade/República Centro-Africana. Paralelamente, a Rússia apoiou, com efectivos militares, a missão da UE no Chade/República Centro-Africana.

#### As velhas influências em África

Paralelamente a estes novos actores em África, a presença dos EUA continua a ser muito forte. A intervenção norte-americana no continente pretende aliar duas componentes: a económica e a segurança. A primeira visita do presidente Obama a África, ao Gana em Julho de 2009, para além da carga simbólica, pretendeu demonstrar aquilo que será a conduta do seu país em relação ao continente africano, ou seja, promoção do desenvolvimento económico, transparência na utilização dos recursos naturais e a responsabilidade política no combate à pobreza. Neste sentido, as relações comerciais continuam a fazer dos EUA um parceiro importante para África.

No entanto, Obama pretende igualmente incorporar na sua política africana muito daquilo que foi iniciado pela administração Bush, nomeadamente na área da segurança, em que uma decisão estratégica foi a criação do *United States Africa Command* (AFRICOM). Nesse sentido, os EUA pretendem impedir que África se torne uma zona fértil para a actuação e refúgio de grupos terroristas. No caso da União Europeia (UE), as relações com o continente africano têm por base os princípios expostos na Parceria UE-África, a qual tem por objectivo estabelecer uma visão conjunta do futuro das relações entre a União Europeia e a União Africana, com benefícios para os dois continentes. Porém, e apesar das intenções demonstradas, a verdade é que, por um lado, as agendas próprias dos Estados membros em matéria de política externa, e, por outro, a crescente condicionalidade da ajuda da UE não têm facilitado a manutenção da influência europeia em África. Perante isto, a apesar de a UE ser o principal prestador de auxílio ao continente africano e o seu parceiro económico e comercial mais importante, não consegue transpor esta força para o campo político. ■

#### PLANO DE ACÇÃO DE YOKOHAMA (TICAD IV) (2008-2013)

1. Promoção e expansão do comércio;
2. Encorajar o investimento directo estrangeiro;
3. Apoiar o desenvolvimento do sector privado africano;
4. Promover o turismo africano;
5. Ajuda alimentar de emergência a África com vista a enfrentar o aumento dos produtos alimentares. Este apoio será completado com envio de apoio técnico japonês para vários países africanos com vista a duplicar a produção de arroz do continente e alcançar 14 milhões de toneladas;
6. O Japão disponibilizará empréstimos no valor de 4 mil milhões de USD destinados à criação ou recuperação de infraestruturas;
7. Com vista a duplicar o investimento privado japonês em África, Tóquio disponibilizará igualmente 2,5 mil milhões em assistência financeira através do Banco Japonês de Cooperação Internacional;
8. O Japão comprometeu-se, até 2012, a duplicar a ajuda do seu país ao continente africano com vista a promover o crescimento e atrair o investimento estrangeiro.